

## **Em busca de Novas solidariedades: a relação campo e cidade vista a partir do assentamento de reforma agrária**

Leni Gaspar  
Universidade de Brasília  
[lenigaspar@gmail.com](mailto:lenigaspar@gmail.com)

### **Introdução**

Neste artigo, busca-se analisar a problemática advinda da relação cidade e campo, considerando o espaço geográfico na sua indissociabilidade entre sistemas de ações e de objetos, reforçando a dialética existente entre a configuração territorial e a sociedade em movimento.

Procura-se a superação de dicotomias, entendendo que campo e cidade são partes constitutivas de um mesmo todo e, que a apreensão de suas realidades só pode se dar plenamente a partir da inter-relação e complementação entre esses dois subespaços, porque “é somente a relação que existe entre as coisas que nos permite conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações, e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si” (SANTOS, 1992, p.14).

Ao se promover o diálogo entre esses subespaços, que se encontram em constante fluidez, apesar de serem portadores de conteúdos sociais, culturais e paisagísticos diferenciados, abre-se a possibilidade de novas experiências teórico-metodológicas, tanto para a Geografia Agrária, quanto para a Geografia Urbana.

A análise toma como ponto de partida as práticas sócioespaciais cotidianas dos assentamentos de reforma agrária, desencadeadoras de novas formas, estruturas e processos, – tanto no campo, quanto na cidade – e que podem apontar para a possibilidade de um desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental mais justo e equitativo.

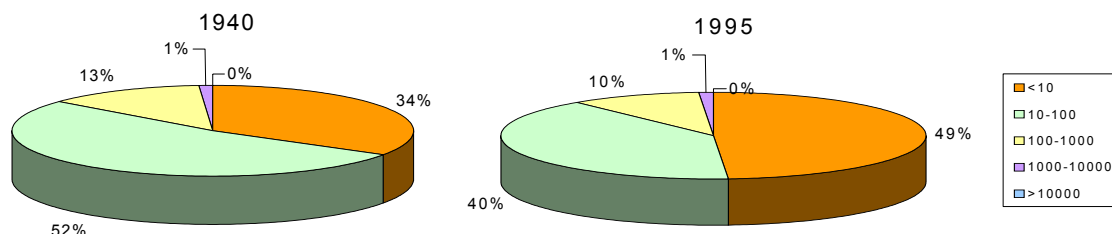
### **O campo brasileiro**

Nos últimos cinquenta anos, a intensificação da territorialização do capital no campo amparado na revolução tecnológica promoveu “um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão, pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras” (ELIAS, 2006, p. 31).

Nesse contexto é que vem se dando a luta dos camponeses pela permanência e também pela volta à terra e que tem forçado o governo a implementar tanto políticas de reordenamento do uso da terra, quanto de fixação dos pequenos agricultores no campo, através dos assentamentos de reforma agrária.

Assim, enquanto ocorre a expansão do capitalismo no campo, contraditoriamente ocorre também o crescimento do trabalho familiar (Figura 1).

Figura 1. Estrutura fundiária do Brasil por classes de área (1940 e 1995)  
 Percentual do número de estabelecimentos



Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1995-96. Extraído de CAMARGO (2004).

Embora o Estatuto da Terra de 1964 previsse a indicação de áreas prioritárias de reforma agrária, elas nunca se tornaram realidade, haja vista que a atuação do Estado seguiu a lógica de intervenções pontuais sobre áreas de conflito. A falta de uma política planejada e sistemática fez com que as desapropriações e a criação dos assentamentos fossem ocorrendo por força das mobilizações sociais e hoje, passadas décadas, nota-se, em algumas áreas do Brasil, uma configuração territorial de quase contigüidade de assentamentos, testemunho espacial das ações dos movimentos que viam nas ocupações e no confronto um instrumento político eficaz de luta pela reforma agrária (LEITE et al, 2004). “Na verdade, quanto mais assentamentos o governo implantava, mais a luta pela terra se espacializava e se territorializava, porque por meio desses processos, os camponeses se (re) criam” (FERNANDES, 2004, p. 19).

Esse fato evidencia os camponeses como sujeitos das transformações políticas na retomada da demanda por reforma agrária, principalmente a partir de 1993, e mostra a importância dessa luta pela modificação da concentração da terra e da renda, e pela democratização das relações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade.

É nessa busca por um lugar para trabalhar e viver que os camponeses se descobrem e agem como sujeitos políticos, porque a despeito de serem o que são, almejam também ser outra coisa (SANTOS, 2004) e, por isso, além da terra demandam educação, saúde e infra-estrutura, condições básicas para a aquisição da cidadania.

### Os assentamentos de reforma agrária

Nas áreas estudadas<sup>1</sup>, tomadas aqui para análise, (Figura 1), 80% das pessoas assentadas já viviam na zona rural do próprio município ou de municípios vizinhos ao local do assentamento e, embora mantivessem algum tipo de inserção no mercado de

<sup>1</sup> A pesquisa, efetuada por Leite et al (2004), entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001, envolveu 1.568 famílias em 92 assentamentos criados entre 1985 e 1997, distribuídos da seguinte forma: 14 no sul da Bahia, 10 no sertão do Ceará, 14 no Entorno de Brasília, 10 no sudeste do Pará, 19 no oeste de Santa Catarina e 25 na zona canavieira do Nordeste. A contigüidade destes assentamentos evocou os autores a tratá-los por *manchas*.

trabalho, este era instável e precário; 94% possuíam experiência com a agricultura ao longo da vida, levando a supor que muitas das que tinham trabalhos urbanos anteriormente já haviam vivido em áreas rurais “provavelmente o processo de expropriação dos trabalhadores levado a efeito nos anos 70/80 levou-os a passar pela experiência urbana tendo voltado ao campo através da luta pela terra” (LEITE et al, 2004, p. 72).

Figura 1 - Mapa de localização das áreas pesquisadas (manchas).



Fonte: Extraído de Leite et al (2004, p.20)

Conquanto possamos dizer que a redistribuição de terra é fruto direto da pressão dos camponeses por meio de seus movimentos de resistência a um modelo de desenvolvimento socialmente excludente e espacialmente seletivo, por outro, efetivamente, o assentamento é uma criação do Estado, ficando sujeito a sua gestão, que se dá de forma frágil e instável, haja vista que o Estado é chamado cada vez mais a desempenhar o papel de facilitador das condições para o sucesso dos investimentos, principalmente dos grandes capitais internacionais, garantindo, com essa prática, a “continuidade e a reprodução da divisão desigual das riquezas” (SANTOS, 1986, p. 72).

Assim, esses novos territórios criados pelos assentamentos de reforma agrária carregam a contradição de serem, concomitantemente, produto da modernização contemporânea do campo e produtor de uma resistência a essa mesma modernização, contribuindo para a afirmação de que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo, dialeticamente” (SANTOS, 2006, p. 339).

Está implícito que a fixação do trabalhador no campo envolve, além da terra, a disponibilidade de investimentos em infra-estrutura social e produtiva (Bergamasco e Noder, 2001). O acesso a instalações, máquinas, equipamentos e implementos, por parte dos assentados, é a circunstância que mais diretamente reflete a gestão do Estado e no geral, esta é bastante ruim, gerando precariedade semelhante às das áreas rurais onde predominam agricultores familiares pauperizados (LEITE et al, 2004).

A pesquisa que se analisa neste texto verificou que grande parte dos assentamentos apresenta problemas com o abastecimento de água, que, em muitos casos, é de má qualidade e cujo acesso é, em geral, feito por meio de poços comuns ou da própria nascente. A rede de esgotos é inexistente na quase totalidade dos assentamentos, sendo comum o uso de fossas. A rede de energia elétrica chega em 78% dos assentamentos e a telefonia, a apenas 16% segundo indicam LEITE et al (2004).

A acessibilidade à cidade, determinante na vida dos assentados, tanto no que tange ao escoamento da produção quanto à necessidade de compras, acesso à educação ao serviço médico etc. é precária e agravada à época das chuvas. 70% dos assentamentos são servidos por transporte coletivo pelo menos uma vez por dia, sendo comum o uso de bicicletas e transporte animal (LEITE et al, 2004).

O ensino escolar (Tabela 1) é apontado como uma das grandes preocupações, sendo uma das primeiras reivindicações dos assentados. Foi verificado que apesar de 86% dos assentamentos terem acesso a escolas, estas são precárias, haja vista que, em 77% delas, as classes são multisseriais, principalmente nas primeiras séries. O ensino continuado é também prejudicado, por não existirem escolas de ensino médio, nem escolas técnicas (LEITE et al, 2004

).

Tabela 1. Nível de ensino das escolas dos assentamentos pesquisados.

Mancha	Nível de ensino das escolas dos assentamentos pesquisadas (em % por manchas)							
	Total de assentados com escola (100%)	Nível máximo das escolas nos assentamentos (*1)						Escolas com salas multisseriadas
Pré-escola		Só alfabetização	Até 4ª série	Até 5ª série	Até 6ª série	Até 8ª série (*2)		
Sul BA	13			0,92			0,08	0,85
Sertão CE	10			0,6	0,2		0,2	0,6
Entorno DF	9			0,22			0,78	0,89
Sudeste PA	10			0,5		0,1	0,4	0,9
Oeste SC	14	0,07		0,86			0,07	0,71
Zona Cana NE	23	0,04	0,04	0,91				0,76
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>0,03</b>	<b>0,01</b>	<b>0,73</b>	<b>0,03</b>	<b>0,01</b>	<b>0,19</b>	<b>0,77</b>

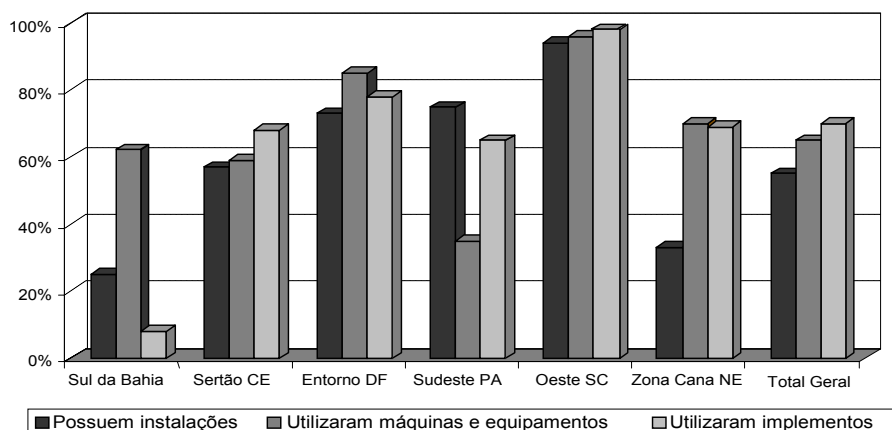
Fonte: Pesquisa de campo, 2000 – Extraído de Leite et al

(\*1) Todas as porcentagens foram obtidas em relação ao total de assentamentos com escolas

(\*2) Inclui Telecurso

Pouco mais da metade dos entrevistados possui algum tipo de instalação em seu lote e, na maioria dos casos, foi feita com recursos do próprio assentado (Figura 2).

Figura 2. Posse e uso de instalações, máquinas, equipamentos implementos, na safra 1998/1999.



Fonte: Extraído de Leite et al (2004, p. 194).

Quanto ao uso de máquinas e equipamentos agrícolas (figura 2), 65% dos entrevistados declararam tê-los utilizados na safra 1998/99, o que proporciona uma média de utilização de 1,7 máquina/equipamento por lote. Verificou-se que menos da metade (48%) das máquinas e equipamentos usados pertence aos assentados, obrigando-os em grande medida a alugá-los, tomar por empréstimo ou cessão (LEITE et al, 2004).

Com o intuito de sanar as dificuldades técnicas do trabalho agrícola, foram criadas as políticas de assistência técnica e crédito rural, quando da implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária, porém, no momento da pesquisa, somente 55% dos 92 assentamentos pesquisados contava com assistência técnica freqüente (LEITE et al, 2004), apontando a ineficiência do Estado em manter a regularidade dessas políticas.

Outro aspecto importante sobre a participação e gestão do Estado diz respeito às condições de financiamento das atividades produtivas nos assentamentos e o acesso às políticas de crédito rural, porque, “além de repercutirem na capacidade produtiva dos assentamentos, impulsionam um conjunto de atividades locais e aumentam a circulação monetária no município” (LEITE et al, 2004, p. 215-216).

Apesar de o acesso a essas políticas públicas ser bastante deficitário, comprova-se que a aquisição da maior parte das instalações, máquinas, dos equipamentos e implementos, que os assentados utilizam, foi feita após a criação oficial do assentamento. Para 83% dos assentados, houve melhoria nas condições de trabalho, o que se traduz no “não pagamento pela renda da terra”, no “aumento do lucro”, no “não ter que dar parte da produção a ninguém”, na “produção de alimentos”, numa “produção maior e mais diversificada” e na “possibilidade de vender a produção”. Outro motivo levantado diz respeito à liberdade de “deixar de ser escravo/cativo”, ter “trabalho permanente para si e para a família”, “mais tempo livre” e “menor exploração” (LEITE et al, 2004, p. 131).

### O cotidiano e a relação com a cidade

A inclusão do conceito de cotidiano nas análises sobre a produção do espaço permite que se conheça o processo de sua formação por meio de sua apropriação e uso (CARLOS, 2004). Apesar de tradicionalmente utilizado como instrumento teórico nos

estudos sobre a cidade e o urbano<sup>2</sup>, entendemos que o conhecimento da vida cotidiana no assentamento de reforma agrária aclara não só as relações sócio-espaciais ali desencadeadas pela apropriação do mundo imediato, feita através do uso dos espaços da casa, do trabalho, das compras, como também revela a fluidez de relações que perpassa os dois subespaços – cidade e campo.

Segundo Soja é na dimensão do vivido que se dá a união de todas as coisas:

“subjetividade e objetividade, o abstrato e o concreto, o real e o imaginado, o conhecível e o inimaginável, o repetitivo e o diferencial, estrutura e ação, mente e corpo, consciência e o consciente, o disciplinado e a transdisciplinaridade, a vida cotidiana e a história infundável” (SOJA, apud Catalão, 2008).

Para CARLOS (2004, PG. 8), é na análise da vida cotidiana,

“... onde a prática sociospacial se desenrola dando conteúdo à vida cotidiana, enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade produz o espaço, apropriando-se dele, dominando-o. Na apropriação se colocam as possibilidades da *invenção* que faz parte da vida, que *institui o uso* que explora o *possível*”.

É nessa apropriação cotidiana do espaço, que os lugares desafiam o objetivo básico da ordem global que é a de infligir a todos os lugares uma racionalidade única, respondendo com sua própria racionalidade. A ordem global é “desterritorializada” à medida que separa o centro da ação e o lugar final recebedor da ação. A ordem local, que “territorializa” estas ações é o lugar da contigüidade, que reúne homens, empresas, instituições, formas sociais e formas geográficas dentro de numa mesma lógica interna, formando o espaço banal, onde acontece o cotidiano, o localmente vivido e este “não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção que permite aos valores representar um papel” (SANTOS, 2004, p. 111).

Nesse novo lugar – o assentamento, – o cotidiano impõe-se pelas estratégias de reprodução da vida baseadas na unidade familiar, nos vínculos de parentesco e de vizinhança e pela intrínseca relação com a cidade.

Como é verdade que nada fazemos sem o uso dos objetos que nos cercam, é também verdade que os valores e o significado que damos a esses objetos condicionam em grande parte nossas ações e, para os camponeses, a terra tem significado cultural de extrema importância, bem como a luta pela autonomia e a condição de liberto, que tem marcado suas ações em diferentes partes do Brasil (GARCIA JR apud Pereira, 2004, p. 219).

A persistência em atribuir à terra um valor intimamente ligado ao trabalho e à construção da família norteia uma construção e apropriação do espaço de forma diferenciada – o espaço dos pobres, dos migrantes, dos excluídos, das minorias – que, segundo Santos (1986, p. 309), podem ser vistos como “outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo”.

O trabalho, por sua vez, constitui-se numa atividade liberta dos mandos e desmandos de outrem. “Essa liberdade se materializa, em primeiro lugar, através do domínio da força de trabalho, ou seja, do próprio corpo e do próprio tempo”. Dessa forma, a luta pela posse da terra e a obstinação ao trabalho livre, faz com que a terra passe a representar “um retorno às origens e às raízes” opondo-se assim à vida sofrida

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes consultar Seabra (1996), Massey (2004), Catalão (2008), Carlos (2001, 2004, 2007).

da cidade, à realidade de exclusão e à alienação do assalariamento urbano (SAUER, 2002, p. 254).

Os trabalhos dentro dos assentamentos absorvem a quase totalidade da população assentada com mais de 14 anos de idade. Entre as atividades, estão também as não-agrícolas (construção de estradas, infra-estrutura coletiva, professores, agente de saúde, merendeira, etc.), que abrem possibilidades de emprego também para trabalhadores da cidade. A organização da produção é conduzida normalmente pelo pai, com a participação dos filhos e da esposa. Quando o trabalho é mais intenso, é muito freqüente a troca de dias com outros assentados, mutirões ou até mesmo pagamentos de diária para outrem.

A preferência por morar nos lotes e não em agrovilas se dá porque morar e possuir uma terra significam, antes de tudo, a não dissociação entre lugar de viver e de trabalhar, diferentemente da separação que a cidade impõe e que torna obrigatória a mediação do dinheiro na vida cotidiana. O dinheiro nessa situação passa a ser “excepcional e não cotidiano” (MARTINS, 2003, p. 22-23). O morar e o trabalhar no mesmo local, sem perda de tempo com caminhadas, viabiliza também a produção de hortas e criação de pequenos animais – produção das mulheres – e que funcionam como uma alternativa de renda familiar.

Cerca de um quarto dos lotes abriga, além da família nuclear, outros parentes, o que se conforma num padrão comum, em se tratando de famílias camponesas, e demonstra que os assentamentos têm funcionado como “um importante mecanismo de recomposição de famílias”, contribuindo, assim, para garantir “a reprodução não apenas econômica, mas também, fundamentalmente social” (LEITE et al, 2004, p. 123).

A produção camponesa leva em conta uma série de fatores sobre a adequação das plantas ao tipo de solo, contrariamente ao que é praticado na produção moderna, voltada para o mercado. Há, assim, uma sabedoria no diálogo entre potencialidades do solo e as necessidades de produção para atender à família que torna exitoso o modelo camponês (WOORTMANN e WOORTMANN apud Pereira, 2004).

Apesar de praticarem outras atividades e serviços fora do lote, a produção agropecuária é importante e contribui decisivamente para a inserção dos assentados como produtores no universo regional, transformando-o. Lançam mão da produção vegetal, animal e do extrativismo, principalmente o vegetal, sendo que vários dos produtos são beneficiados. Considerados em conjunto (Tabela 2), os produtos, categorizados como “aqueles que são produzidos, aqueles que são vendidos e aqueles considerados importantes”, servem para alimentação da família e obtenção de renda pela comercialização (LEITE et al, 2004, p. 147).

O milho, a mandioca e o feijão são os produtos de cultivo mais generalizados em função da importância estratégica de servirem à venda e ao autoconsumo. As culturas eminentemente comerciais, como o algodão, a cana-de-açúcar, o abacaxi e o fumo, não são desprezíveis, porém só começam a aparecer na terceira posição, demonstrando a primazia da produção voltada para a alimentação.

A criação de aves é a mais generalizada e o gado, – especialmente o de corte, pois o leiteiro tem uma conotação alimentar – aparece como reserva de valor, o mesmo papel desempenha também a mandioca na produção vegetal (LEITE et al, 2004).

A implantação dos assentamentos cria uma diversidade produtiva e uma ampliação da oferta nos mercados locais, principalmente nas cidades onde existem latifúndios improdutivos ou é praticada a monocultura ou pecuária extensiva. A presença dessa produção nos municípios provocou aumento na oferta, rebaixamento de preços e incremento do consumo.

Tabela 2. Principais produtos vegetais cultivados pelos assentamentos na safra 1998/1999.

<b>Mancha</b>	<b>Classificação</b>	<b>Mais produzidos</b>	<b>Mais vendidos</b>	<b>Mais importantes</b>	<b>Maior valor bruto da produção</b>
Sul da Bahia	1°	<i>Mandioca</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Mandioca</i>
	2°	<i>Milho</i>	<i>Abacaxi</i>	<i>Banana</i>	<i>Abacaxi</i>
	3°	<i>Banana</i>	<i>Banana</i>	<i>Coco</i>	<i>Cacau</i>
	4°	<i>Feijão</i>	<i>Milho</i>	<i>Milho</i>	<i>Seringa</i>
	5°	<i>Abacaxi</i>	<i>Cacau/coco</i>	<i>Abacaxi/cacau</i>	<i>Coco</i>
Sertão do Ceará	1°	<i>Milho</i>	<i>Algodão</i>	<i>Algodão</i>	<i>Milho</i>
	2°	<i>Feijão</i>	<i>Milho</i>	<i>Milho</i>	<i>Feijão</i>
	3°	<i>Algodão</i>	<i>Feijão</i>	<i>Feijão</i>	<i>Algodão</i>
	4°	<i>Abóbora</i>	<i>Abóbora</i>	<i>Banana</i>	<i>Melancia</i>
	5°	<i>Melancia</i>	<i>Banana</i>	-	<i>Arroz</i>
Entorno do Distrito Federal	1°	<i>Milho</i>	<i>Milho</i>	<i>Milho</i>	<i>Mandioca</i>
	2°	<i>Arroz</i>	<i>Arroz</i>	<i>Arroz</i>	<i>Feijão</i>
	3°	<i>Mandioca</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Milho</i>
	4°	<i>Cana</i>	<i>Feijão</i>	<i>Cana</i>	<i>Arroz</i>
	5°	<i>Feijão</i>	<i>Cana</i>	<i>Feijão</i>	<i>Soja</i>
Sudoeste do Pará	1°	<i>Milho</i>	<i>Arroz</i>	<i>Arroz</i>	<i>Mandioca</i>
	2°	<i>Arroz</i>	<i>Milho</i>	<i>Milho</i>	<i>Abacaxi</i>
	3°	<i>Mandioca</i>	<i>Abacaxi</i>	<i>Abacaxi</i>	<i>Arroz</i>
	4°	<i>Abóbora</i>	<i>Banana</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Milho</i>
	5°	<i>Melancia</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Banana</i>	<i>Abóbora</i>
Oeste de Santa Catarina	1°	<i>Milho</i>	<i>Milho</i>	<i>Milho</i>	<i>Milho</i>
	2°	<i>Feijão</i>	<i>Feijão</i>	<i>Feijão</i>	<i>Feijão</i>
	3°	<i>Mandioca</i>	<i>Fumo</i>	<i>Fumo</i>	<i>Fumo</i>
	4°	<i>Arroz</i>	<i>Soja</i>	<i>Soja</i>	<i>Soja</i>
	5°	<i>Batata-doce</i>	<i>Arroz</i>	-	<i>Erva-mate</i>
Zona Canavieira do Nordeste	1°	<i>Mandioca</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Mandioca</i>
	2°	<i>Feijão</i>	<i>Feijão</i>	<i>Inhame</i>	<i>Inhame</i>
	3°	<i>Milho</i>	<i>Milho</i>	<i>Feijão</i>	<i>Feijão</i>
	4°	<i>Inhame</i>	<i>Inhame</i>	<i>Cana</i>	<i>Batata</i>
	5°	<i>Banana</i>	<i>Banana</i>	<i>Milho</i>	<i>Cana</i>

Fonte: Extraído de Leite et al (2004, p. 148).

Para a comercialização de seus produtos, os agricultores ora se valem de canais tradicionais, como a venda direta nas feiras ou venda para os atravessadores – cujo volume é mais significativo –, ora inovam por meio de formas associativas de comercialização, pontos de vendas especiais, feiras de produtores, implantação de pequenas agroindústrias etc. Aparece, com relativa importância, a venda, sobretudo de animais vivos (caprinos, bezerros, aves, suínos), para outros assentados, demonstrando que os assentamentos, especialmente onde há maior densidade de famílias, podem se



constituir, simultaneamente em mercados ofertantes e compradores dos bens agropecuários (LEITE et al, 2004, p. 174).

A relação com a cidade é intensa e importante. A cidade é o “lugar de ter certas coisas necessárias – a escola, o mercado (o que comprar)”, mas não é o “lugar de destino” do camponês (MARTINS, 2003, p. 23). Essa relação com a cidade tende a ser maior nos pequenos municípios ou naqueles com uma maior concentração de assentados e, particularmente, no que se refere à compra e venda de produtos, que acabam por provocar o crescimento das feiras e o aumento do movimento do comércio. As outras motivações que a cidade sugere são: a busca a serviços médicos, a ida ao sindicato, a participação em eventos religiosos e o lazer – em baixa porcentagem, indicando que a vida social se dá mesmo dentro do próprio assentamento.

Segundo Leite et al (2004, pg. 136), no momento inicial da luta pela terra, a população das cidades tende a ver com maus olhos os “sem terra”, porém, após a criação do assentamento, essa situação muda, pois é dado “o reconhecimento oficial de direito e uma legitimação da luta e das reivindicações dos trabalhadores”. Após a liberação dos créditos de instalação e o recebimento dos recursos destinados às obras de infra-estruturas, já se verificam grandes impactos na economia local. Os assentados vão ganhando progressivamente mais respeito e apoio em função do aumento da oferta de empregos e da diversidade de produtos nas feiras, que se dá logo após as primeiras safras.

Esse reconhecimento é feito também pelas autoridades locais ao ressaltarem que os projetos de assentamento mudam o perfil agrícola e o aumento da produção. Outra percepção é a de que, “quanto mais recursos entrarem para a reforma agrária, mais dinheiro vai circular na cidade. Por isso, ajudam com contribuições para acampamentos, manifestações e congressos de trabalhadores rurais”, tornando claro que os assentamentos “ajudam a resolver um problema social mais amplo” (LEITE et al, 2004, p. 137).

Para além da questão econômica, os autores pontuam o reconhecimento desse novo grupo social através de programas especiais difundidos pelas rádios dos sindicatos e cooperativas, celebrações religiosas que visam à comemoração de vitórias de ocupações de terra, eventos esportivos, etc., e que mostram, para Leite et al (2004, pg. 138) “o reconhecimento social dos assentados e sua integração efetiva à vida da sociedade local”.

As demandas dos assentados, por vezes, impõem novas formas de atuação por parte das prefeituras e outras entidades. Espaços especiais para exposição dos produtos, rede de distribuição de água, energia elétrica, transporte escolar, atendimento médico, etc. são algumas das reivindicações que pressionam as prefeituras e até os governos estaduais (LEITE et al, 2004) e que quando efetivadas, acabam trazendo benefícios para o conjunto da população rural e urbana.

A influência dos assentamentos se faz sentir também na vida política da cidade, tanto no que diz respeito ao seu peso na política eleitoral quanto no interesse dos próprios assentados pela disputa por lugares onde se façam ouvir.

Dessa forma, os assentamentos podem ser vistos como espaços que intensificaram a participação dos trabalhadores do campo nos espaços públicos, passando a pesar, em algumas situações, de forma decisiva, nas disputas políticas locais e regionais (LEITE et al, 2004, p. 260).

## Considerações finais

O cotidiano como categoria de análise mostra-se um instrumento eficiente no desvendamento da produção/apropriação do espaço não só da cidade, como já vem sendo feito pela Geografia Urbana, como também do campo, especificamente, do assentamento de reforma agrária.

Por meio da análise do cotidiano, percebemos que a relação entre assentamentos e cidade é intensa, produzindo articulação e complementaridade e, evidenciando que a superação das necessidades existentes só pode ser plenamente conseguida quando cidade e campo forem pensados como subespaços constituintes de uma mesma totalidade que se forma na diversidade.

A importância da ética camponesa, com a consideração da terra, do trabalho e da família como valores morais intimamente ligados entre si e, a persistência do camponês em sobreviver, o dinamismo que se instala nos assentamentos, apesar das limitações impostas pela escassez, apontam a possibilidade de realização de novas solidariedades, – tanto no campo, quanto na cidade – apontando, possivelmente, para um desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental mais justo e igualitário.

Percebe-se o papel importante do Estado como fator de produção do espaço e a imprescindibilidade de sua intervenção no sentido da agregação da técnica ao território, condição necessária para potencializar a capacidade de trabalho e a melhoria nas condições gerais de vida no campo e na cidade.

## Referências

CAMARGO, Lidiane. **O Banco da Terra em Santa Catarina** – da crítica às possibilidades. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço urbano – novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

CATALÃO, Igor. **Brasília: metropolização e espaço vivido – práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. 2008**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrários de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 8, p. 29-38, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: **Agrária**. Revista do Laboratório de Geografia Agrária. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2004. N° 1, p. 16-36.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos assentamentos** – um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). **Travessias** – a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PEREIRA, José Roberto. Terras e reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). **Significados da terra**. Brasília: Editora da UnB, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade** – a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.